

Ministros do STF votam a favor de reajuste dos próprios salários

Supremo aprova reajuste de 18% para juízes e servidores

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) avalizaram ontem, de forma unânime, em sessão administrativa virtual, reajuste salarial de 18% para todos os servidores e magistrados da Justiça, incluindo os próprios salários, que servem de teto para toda a administração pública. A proposta está inclusa no orçamento do Judiciário para 2023, aprovada pelos integrantes da Corte.

Agora, um projeto de lei deve ser encaminhado ao Congresso, a quem cabe dar a última palavra, em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado, sobre temas orçamentários. Os parlamentares ainda podem alterar a proposta apresentada.

Se confirmado o percentual, o salário de um ministro do Supremo passaria de R\$ 39.293,32 para R\$ 46.365,74. O aumento vai provocar efeito cascata, elevando também os vencimentos de desembargadores e juizes, que têm seus subsídios atrelados aos dos ministros do STF.

Como a remuneração dos ministros do Supremo serve como teto para os salários de todo o funcionalismo público, o reajuste tem potencial de gerar pressão também em outros poderes, com impacto também nos orçamentos do Executivo e do Legislativo.

O orçamento do Supremo passaria de R\$ 767 milhões, neste ano, para R\$ 851 milhões, em 2023 – variação de 10,9%, limite permitido pela lei do teto de gastos. A previsão é de que os reajustes sejam absorvidos por esse espaço maior.

Pelo orçamento em votação, o gasto do Judiciário com o pagamento de pessoal deve ficar em R\$ 485,2 milhões. Tradicionalmente, devido à natureza do trabalho jurisdicional, a rubrica costuma ser sempre a de maior impacto.

Pela proposta aprovada, o reajuste tanto de servidores quanto de magistrados deverá ser feito em quatro parcelas sucessivas e não cumulativas, que deverão ser efetivadas em abril e agosto de 2023 e em janeiro e julho de 2024. Em cada período, o aumento seria de 4,5%.



Após ser escolhida, ministra fez defesa do regime democrático

O aumento de 18% foi proposto pela área técnica do Supremo em contraposição à feita pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), que havia defendido reajuste de 40% alegando perdas inflacionárias nos últimos anos. A Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União (Fenajufe) e o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público no Distrito Federal (SindJus) haviam indicado perdas próximas de 37%.

Embasamento

A área técnica do Supremo, porém, decidiu se embasar em estudos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho de Justiça Federal (CJF), que apontaram a possibilidade de implementação de percentuais próximos de 9% em 2023 e mais 9% em 2024, incluindo servidores e magistrados.

O presidente do Supremo, ministro Luiz Fux, disse em relatório que “estudos iniciados no primeiro semestre, realizados em conjunto com os demais Tribunais Superiores, CNJ e CJF em razão de provocações de entidades representativas, apontaram a possibilidade de implementação de percentuais próximos de 9% em 2023 e mais 9% em 2024, incluindo servidores e magistrados”.

Rosa Weber é eleita para a presidência da Corte

A ministra Rosa Weber foi eleita ontem presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). A posse está marcada para 12 de setembro, quando o ministro Luiz Fux, atual presidente, completará mandato de dois anos e deixará o comando da Corte.

A escolha do magistrado que assumirá a presidência é protocolar. Rosa Weber recebeu 10 votos dos colegas e, em seu breve discurso pós-eleição, prometeu defender “a soberania do regime democrático”.

Ela assumirá o controle do Supremo num momento delicado na relação com o Planalto por ocasião das manifestações bolsonaristas previstas para o dia 7 de setembro. A tradição no tribunal prevê que o chefe do Poder Judiciário sempre será o ministro com mais tempo de casa e que ainda não tenha assumido o cargo.

O tribunal também elegeu o ministro Luís Roberto Barroso para o cargo de vice-presidente, atualmente ocupado por Rosa Weber. A posse dos ministros será realizada três dias após a data prevista, em 9 de setembro. O objetivo do remanejamento da cerimônia é distanciar a troca de comando no Supremo das manifestações convocadas pelo presidente

Jair Bolsonaro para o feriado do Dia da Independência.

– O exercício desse cargo trata-se de um imenso desafio, mas vou buscar desempenhá-lo com toda a serenidade e com a certeza do apoio de vossas excelências que para mim será fundamental. E sempre na defesa da integridade e da soberania da Constituição e do regime democrático – afirmou.

A próxima presidente do Supremo terá mandato mais curto do que o dos seus antecessores que, via de regra, permanecem no cargo por dois anos. O motivo da gestão mais breve é a aposentadoria de Rosa Weber, que ocorrerá em outubro do ano que vem, quando a ministra completará 75 anos. Os magistrados da Suprema Corte são aposentados compulsoriamente quando chegam a essa idade.

– Isso também não impede que eu me sinta sensibilizada, a despeito da tradição secular ou de décadas do Supremo, no sentido de escolher para este cargo sempre o ministro mais antigo que ainda não ocupou o posto. Mas isso, essa tradição, que é salutar, não ofusca, inibe, prejudica o fato de eu estar absolutamente sensibilizada pelo voto de confiança de vossas excelências – disse a ministra.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Política **Página:** 8